

**PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**

**Gabinete do Primeiro-Ministro**

**Despacho n.º 12 546/2006 (2.ª série).** — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 3.º e no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 322/88, de 23 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 45/92, de 4 de Abril, nomeio adjunta do meu Gabinete, em regime de comissão de serviço, a licenciada Patrícia Maria Santos Real Cadeiras.

Nos termos do estabelecido no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio, fica a Dr.ª Patrícia Cadeiras autorizada a desempenhar actividades compreendidas na respectiva especialidade profissional, respeitados os limites legalmente fixados.

Este despacho produz efeitos a partir do próximo dia 1 de Junho.

26 de Maio de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

**Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local**

**Despacho n.º 12 547/2006 (2.ª série).** — Dou por finda, a seu pedido, e a partir desta data, a requisição do assistente administrativo especialista Luís Filipe Cordeiro da Silva, pertencente ao quadro da Direcção-Geral do Tribunal de Contas, que exercia as funções de apoio administrativo no meu Gabinete.

31 de Maio de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita*.

**Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres**

**Despacho n.º 12 548/2006 (2.ª série).** — Por despacho da presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres de 22 de Maio de 2006, foi autorizada a nomeação definitiva na categoria de técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, para o quadro de pessoal da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, com efeitos à data do respectivo despacho, dos técnicos a seguir designados:

José Nuno Rodrigues Gradim Barros.  
Susana Maria Coelho da Mota.

25 de Maio de 2006. — A Presidente, *Elza Maria Henriques Deus Pais*.

**Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência**

**Despacho n.º 12 549/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 29 de Maio de 2006 do vice-presidente do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência:

1 — Havendo necessidade de assegurar o funcionamento do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (CNPCE) e os seus Serviços de Apoio (SAP) nas minhas faltas e impedimentos e tendo em consideração o artigo 8.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 153/91, de 23 de Abril, nomeio meu substituto legal o adjunto, coronel de infantaria José Carlos de Abreu Bastos:

- a) Delego as competências que me são atribuídas no artigo 7.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 153/91;
- b) Subdelego as competências que me são delegadas pelo despacho n.º 1693/SEDNAM/2006, de 10 de Janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 16, de 23 de Janeiro de 2006.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 13 de Março de 2006.

31 de Maio de 2006. — O Vice-Presidente, *João Maria de Vasconcelos Pirote*, tenente-general.

**Despacho (extracto) n.º 12 550/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 2 de Junho de 2006 do vice-presidente do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência:

Luísa Maria Marques, auxiliar administrativa do quadro de pessoal do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência — transita para a categoria de assistente administrativa do mesmo serviço, nos termos das alíneas d) e e) dos artigos 4.º, 6.º, n.ºs 1 e 2 do 7.º, n.º 1, do 10.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, considerando-se exonerada do lugar anterior com efeitos à data da aceitação do lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Junho de 2006. — O Vice-Presidente, *João Maria de Vasconcelos Pirote*, tenente-general.

**Direcção-Geral das Autarquias Locais**

**Declaração (extracto) n.º 96/2006 (2.ª série).** — Torna-se público que o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, por despacho de 2 de Maio de 2006, a pedido da Câmara Municipal de Viana do Castelo, declarou a utilidade pública da expropriação e autorizou a tomada de posse administrativa das parcelas de terreno a seguir referenciadas e identificadas na planta anexa:

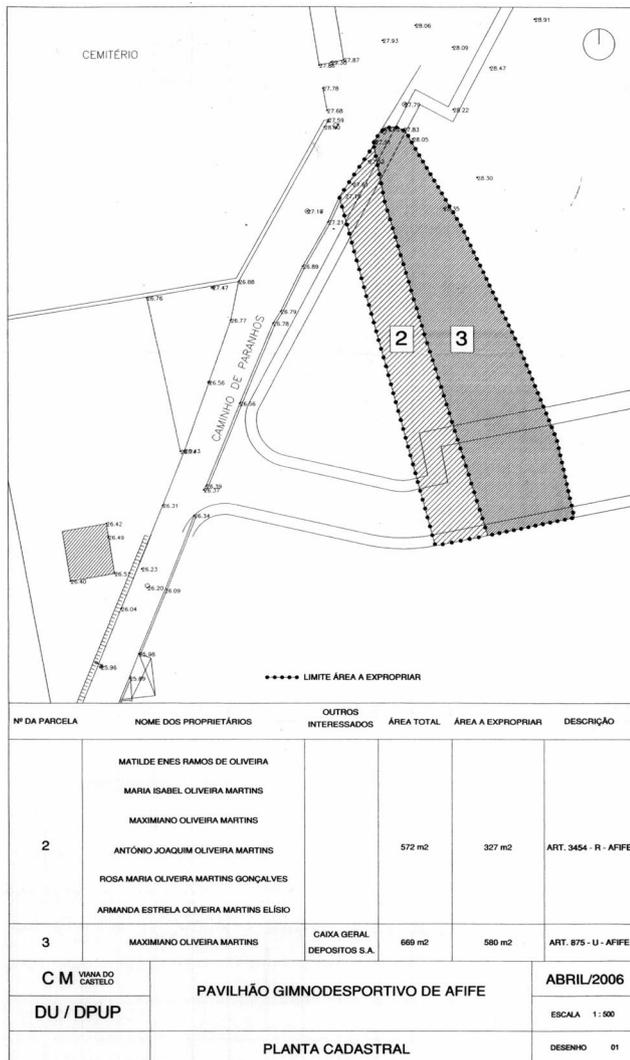
Número da parcela (sequencial)	Proprietários	Outros interessados	Área (metros quadrados)	Número de matriz e freguesia		Número da conservatória do registo predial
				Rústico	Urbano	
2	Matilde Enes Ramos de Oliveira, Maria Isabel Oliveira Martins, Maximiano Oliveira Martins, António Joaquim Oliveira Martins, Rosa Maria Oliveira Martins Gonçalves e Armanda Estrela Oliveira Martins Elisio.	—	327	3454 Afife	—	Omisso
3	Maximiano Oliveira Martins ...	CGD .....	580	—	875 Afife	2098

A expropriação destina-se à execução da obra «Construção do pavilhão gimnodesportivo de Afife».

Aquele despacho foi emitido ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, n.º 1, e 19.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, tem os fundamentos de facto e de direito expostos nas informações técnicas n.ºs 7/DSJ e 47/DSJ,

de 18 de Janeiro e 18 de Abril de 2006, respectivamente, da Direcção-Geral das Autarquias Locais, e tem em consideração os documentos constantes do processo n.º 123.062.05/DSJ, daquela Direcção-Geral.

16 de Maio de 2006. — O Subdirector-Geral, *Paulo Mauritti*.



### Instituto do Desporto de Portugal

**Anúncio n.º 96/2006 (2.ª série).** — 1 — O Instituto do Desporto de Portugal procede à publicação do procedimento de recrutamento e selecção de um técnico de informática do grau 2, nível 1, mediante transferência ou requisição, de harmonia com o disposto nos artigos 25.º e 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, para o exercício de funções na Divisão de Organização e Informática, com os seguintes requisitos especiais:

- Deve integrar a carreira de técnico de informática do grau 2, nível 1;
- Ter experiência profissional na área da administração de bases de dados (SQL Server) e administração Internet Information Server 6.0.

2 — Os interessados deverão apresentar requerimento dirigido ao presidente da direcção do Instituto do Desporto de Portugal, juntamente com currículo datado e assinado, do qual deverão constar os seguintes elementos:

- Serviço onde exerce funções;
- Comprovativo de habilitações literárias;
- Natureza do vínculo à Administração Pública, carreira e categoria que detém;
- Tempo de serviço na função pública, na carreira e na categoria;
- Descrição detalhada das funções exercidas;
- Formação profissional;
- Outros elementos da actividade profissional dos interessados que entendam ser relevantes para apreciação por parte do Instituto do Desporto de Portugal.

3 — Os documentos atrás referidos poderão ser apresentados pessoalmente ou enviados por correio, para o Instituto do Desporto de Portugal, sito na Avenida do Infante Santo, 76, 5.º, 1399-032 Lisboa,

no prazo de 15 dias, contados a partir da publicação do presente anúncio.

4 — Os métodos de selecção serão a apreciação do currículo e entrevista profissional.

25 de Maio de 2006. — O Vice-Presidente da Direcção, *João Manuel Bibe*.

**Despacho (extracto) n.º 12 551/2006 (2.ª série).** — Por despachos de 18 de Maio de 2006 do vice-presidente da direcção do Instituto do Desporto de Portugal, Dr. João Manuel Bibe, por delegação de competências do presidente da direcção do Instituto do Desporto de Portugal, constantes dos despachos n.ºs 20 445/2005, de 14 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 186, de 27 de Setembro de 2005, e de 25 de Maio de 2006 do Secretário Regional da Educação e Ciência:

Idília Maria Pinto Durão, assessora principal, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal da Direcção Regional da Educação da Secretaria Regional da Educação e Ciência — autorizada a transferência, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, para igual categoria da carreira técnica superior (jurista) do quadro de pessoal do ex-Complexo de Apoio às Actividades Desportivas, ficando posicionada no escalão 3, índice 830, com efeitos a partir de 15 de Julho de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Maio de 2006. — O Vice-Presidente da Direcção, *João Manuel Bibe*.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA EDUCAÇÃO

**Despacho conjunto n.º 476/2006.** — Considerando a criação da figura de controlador financeiro pelo Decreto-Lei n.º 33/2006, de 17 de Fevereiro;

Atendendo a que os controladores financeiros devem ser afectos a áreas ministeriais de actuação;

Tendo ainda em conta os requisitos estipulados pelo artigo 9.º do citado decreto-lei quanto à nomeação de controladores financeiros:

1 — É nomeado para exercer funções de controlador financeiro do Ministério da Educação, ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 33/2006, de 17 de Fevereiro, o mestre Raul Jorge Correia Esteves.

2 — A presente nomeação fundamenta-se nas competências académicas e na experiência profissional do nomeado, relevantes para o sector em que irá exercer funções, tal como atesta o respectivo *curriculum vitae*, publicado em anexo ao presente despacho.

3 — A presente nomeação produz efeitos pelo prazo de um ano a partir de 26 de Abril de 2006, sem prejuízo da possibilidade da renovação deste mandato, nos termos legais.

17 de Maio de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — A Ministra da Educação, *Maria de Lurdes Reis Rodrigues*.

### Curriculum vitae

Nome — Raul Jorge Correia Esteves.

Habilitações literárias:

Mestrado em Política Fiscal pela Harvard Law School — Harvard University (LLM/International Tax Program) em 1979;  
Visiting scholar na Harvard Law School da Universidade de Harvard e no Lincoln Institute for Land Policy em 1983-1984;  
Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (UTL), 1971.

Actividade Profissional:

Assessor principal da DGAER, Ministério das Finanças, desde 1994;  
Vogal do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social do ministério do Trabalho e Solidariedade entre 1998 e 2002;  
Conselheiro técnico principal do quadro da Representação Permanente de Portugal (REPER) junto das CE, entre Maio de 1986 e Agosto de 1998;